



Redes Cidades Circulares

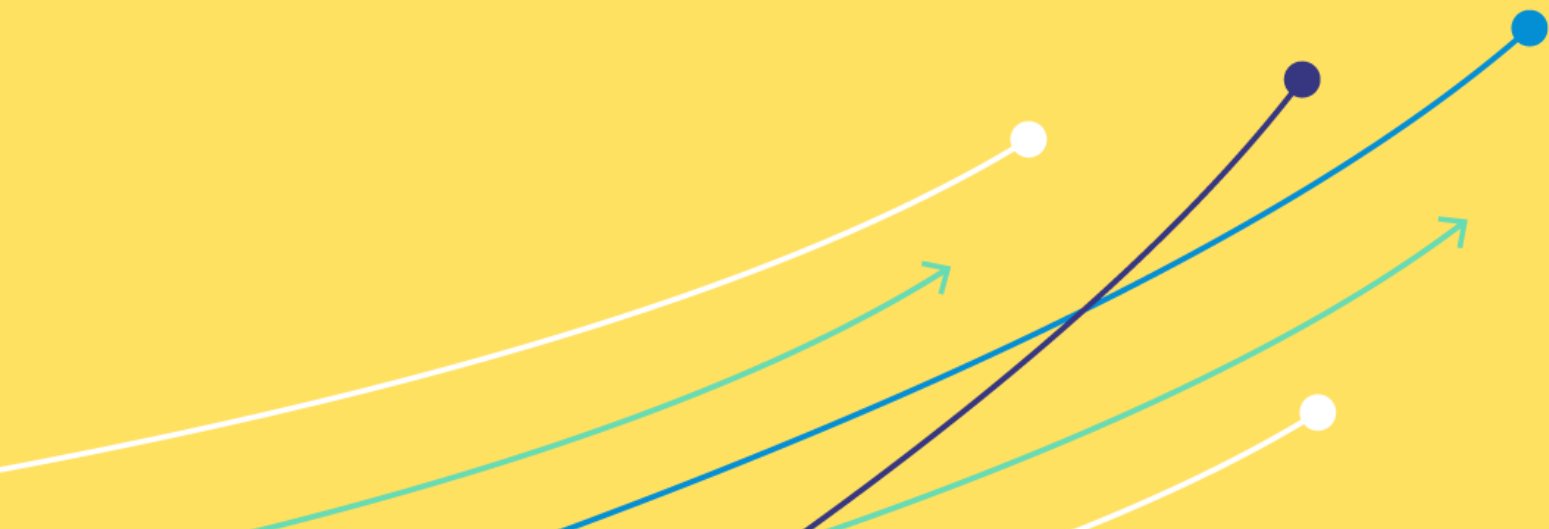
Plano de Ação – Rurban Link

Área Temática: Relações Urbano-Rurais

Cidade: Câmara de Lobos

Elaborado por: Município de Câmara de Lobos

Data: Junho de 2023



Índice

Mensagem do Presidente	3
Sumário Executivo	4
1. Contexto & Processo	5
Contexto da Cidade e definição do problema	5
Enquadramento POLÍTICO do projeto	5
Processo de desenvolvimento do plano de ação	5
Foco & visão	6
2. Plano de Ação	6
Proposta de valor	6
Ações	7
Ação 1 – Aumento do consumo dos produtos locais	7
Ação 2 – Criação de um centro de recolha de material orgânico e de compostagem	9
Ação 3 – Criação de uma incubadora agrícola	10
Ação 4 – Conversão de hortas pedagógicas em hortas biológicas escolares	12
abordagem integrada	14
Modelo de Governança	14
3. Alinhamento com Financiamentos	14
Investimento previsto	15
Fontes de financiamento	15
4. Monitorização & Avaliação	15
5. Comunicação & Consulta	40
6. O Futuro	17
7. Agradecimentos	17
Anexos & informação de Apoio	18

Mensagem do Presidente

Caro Munícipe,



Desde sempre tivemos presente a importância que a defesa e a proteção do meio ambiente representa para um município.

Para quem tem responsabilidades políticas, cuidar da natureza é fundamental, pois a nossa sobrevivência e a nossa qualidade de vida dependem, e muito, de uma proteção ambiental que assegure água de qualidade, segurança alimentar sustentável e biodiversidade em abundância.

Tendo presente a relevância que representa a defesa do meio ambiente, para que a natureza nos continue a proporcionar meios fundamentais à sobrevivência dos seres vivos e à salvaguarda dos habitats naturais, o desafio que se nos coloca reside na procura de respostas capazes de conjugar progresso com conservação ambiental e de reduzir ou anular os impactos ambientais causados pela ação do homem.

Esta consciência desperta, naqueles que têm incumbências na administração municipal, a necessidade de levar a cabo ações concretas que resultem, ao nível de políticas municipais, na definição de projetos específicos e na efetivação de ações concretas no terreno em prol do ambiente.

Daí que a melhor solução, segundo o nosso ponto de vista, para superar o desafio de equilibrar preservação ambiental com equidade social, crescimento económico e preservação ambiental, passe pela Economia Circular a partir da redução, da reutilização, da recuperação e da reciclagem de materiais e energia.

A promoção gradual de um modelo económico reorganizado, alicerçado numa correta coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados, substituirá o nefasto princípio de fim-de-vida característico da economia linear, promovendo, definitivamente, a desagregação do elo umbilical que unia crescimento económico e consequente aumento de consumo de recursos.

Abraçar este desígnio da Economia Circular, que exige compatibilidade técnica e económica, bem como enquadramento social e institucional, requer o redesenho de processos, novos modelos de negócio e uma otimização na utilização de recursos que sejam suficientemente capazes de gerar serviços e produtos economicamente viáveis e ecologicamente eficientes.

Assim, conscientes de que a adoção deste Plano de Ação é crucial para proteger, conservar e melhorar o capital natural do nosso concelho, da nossa região, do nosso país e da União Europeia, é nosso compromisso envidar todos os esforços para que as ações propostas no mesmo se concretizem de forma a transformar o nosso concelho numa real “Economia Circular do Mar à Serra”, mais verde, competitiva e eficiente do ponto de vista da utilização dos recursos.

O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos.

Pedro Emanuel Abreu Coelho

Sumário Executivo

O presente plano enquadra-se num projeto de índole nacional designado por “RURBAN Link: Ligações Circulares entre áreas urbanas e rurais” e tem como objetivo geral a promoção de ligações funcionais circulares entre áreas urbanas e rurais, enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local.

Com as diversas dimensões em análise e discussão, pretende-se que do debate entre as cidades constituintes deste consórcio resulte, para este plano, a promoção de um sistema alimentar urbano/rural que minore o fluxo de produtos desde a produção até ao processamento, distribuição e consumo e a consequente gestão de resíduos e processos associados e que, assim, se responda aos desafios da Economia Circular do século XXI.

Entre as diferentes entidades foram realizados intercâmbios de boas práticas inseridas na temática do projeto tendo sido, também, promovida a “Academia Redes Cidades Circulares” onde todos os envolvidos desenvolveram um conjunto de competências e adquiriram um vasto leque de conhecimentos cruciais ao desenvolvimento do presente Plano de Ação, fundamentais para que no mesmo seja desenhado um modelo de governança integrado, baseado em políticas de integração horizontal e vertical, assentes nas linhas orientadoras delineadas, superiormente, pelo Perito Nacional do Projeto, que nos diferentes encontros, exemplarmente, explorou junto dos parceiros.

De forma a garantir uma abordagem multifacetada na resposta aos desafios identificados, foi estabelecido um Grupo de Planeamento de Ação Local que, conjuntamente com os técnicos e com a superintendência, a coordenação e o apoio técnico do perito do projeto, será responsável pelo desenvolvimento da cocriação e do codesign de uma estratégia de valorização e de reforço da relação Urbano-Rural, capaz de valorizar o território camarlóbense.

No seguimento de todo este processo, resultou a definição de um conjunto de ações que visam responder ao propósito do projeto, de onde emanaram algumas propostas de ação a desenvolver no âmbito territorial concelhio (ver ponto 2), devidamente acompanhadas pelo investimento previsto e possíveis fontes de financiamento, a saber: orçamento próprio do município; orçamento da RAM: Contratos-programa; orçamento nacional, a partir de programas como o Portugal 2030; e financiamento europeu, a partir de recurso ao PRR, Bauhaus, Interreg, Urbact e outros que venham a surgir.

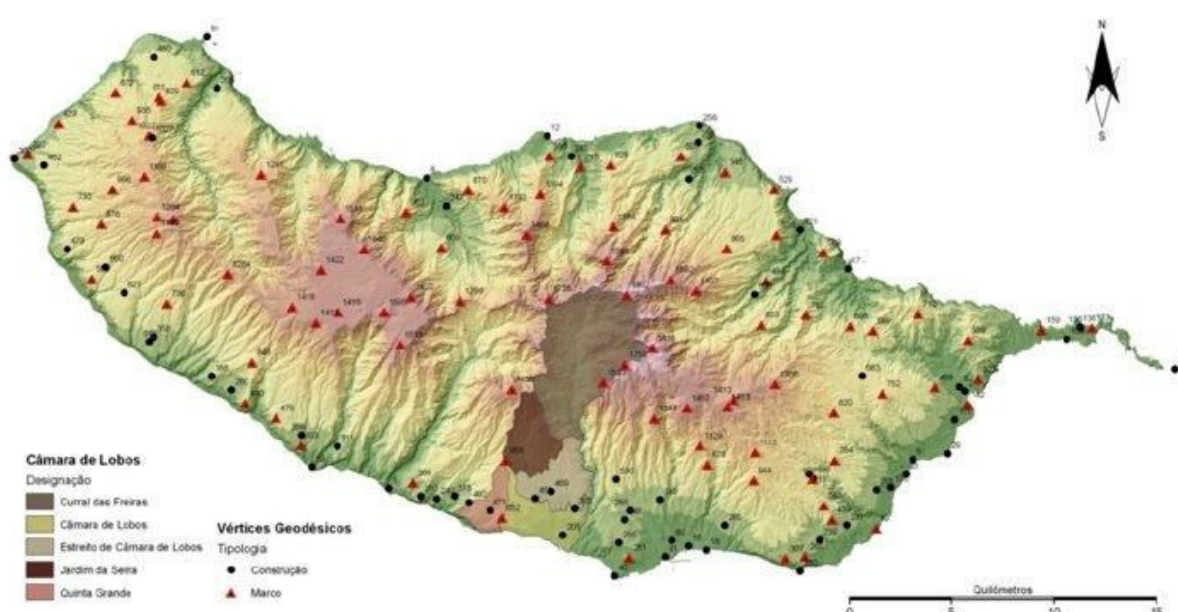
É expectável que a implementação no terreno das atividades previstas neste plano resultem em mais valias para o concelho, nomeadamente a reutilização e a reciclagem de diversos produtos, a redução

da perturbação das paisagens e dos habitats, a limitação das perdas de biodiversidade, a diminuição da emissão anual total de gases com efeito de estufa, a criação de produtos mais eficientes e sustentáveis, a transição para o consumo de produtos passíveis de serem reutilizados, a redução da dependência de matérias-primas, a mitigação de riscos associados à oferta, tais como a volatilidade de preços e dependência das importações, a criação de empregos, o aumento da competitividade e a estimulação da inovação.

1. Contexto & Processo

1.1 - CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O concelho de Câmara de Lobos, situado na parte sul da Ilha da Madeira e localizado na Região Autónoma da Madeira, faz fronteira com os concelhos do Funchal, Santana, São Vicente e Ribeira Brava e ocupa uma área de, aproximadamente, 52,17 Km², sendo composto por 5 freguesias, com uma população de 32 162 habitantes e uma densidade populacional de 619,7 hab./km².



A área territorial possui uma hipsometria extremamente elevada (uma altitude média de 787 metros), destacando-se, a norte, as serras de Curral das Freiras, com uma altitude média de 1.031 metros, onde é atingido o ponto de maior altitude com 1.860 metros a sudoeste do Pico Ruivo.

A importância espacial dos valores superiores a 500 metros de altitude, constituem um fator condicionante de toda a dinâmica e energia dos processos naturais e de fixação das populações, assim como o facto de a orla costeira apresentar valores altimétricos extremamente relevantes, conforme confirmam os 589 metros do Cabo Girão (o mais alto promontório da Europa e o segundo mais alto do mundo).

No que concerne à área do Município de Câmara de Lobos, a mesma é de 24,0 km² de superfície natural, o correspondente a 46% do território administrado, e uma superfície florestal e agrícola

composta por uma área de 12,6 km² (24,1%) e 10,3 km² (19,8%), respetivamente. A área humanizada/social contabiliza uma superfície de 5,0 km², cerca de 9,7% do concelho.

O concelho, que vai do mar (0 m) à serra (1.860 m), apresenta alguma heterogeneidade.

Assim, a freguesia mais a sul, Câmara de Lobos, sede de concelho, localizada junto ao mar, apresenta uma maior área de superfícies planas, melhores condições climatéricas (temperatura mais amena, menor nebulosidade e invernos menos chuvosos) condições ideais para a construção de habitação e infraestruturas para a fixação da população, o que, associado à sua baía, porto de abrigo de muitos pescadores, faz com que esta seja a freguesia mais populosa do concelho. É de destacar ainda, relativamente à sede de concelho, a predominância de comércio, de serviços, a existência de um parque empresarial, uma crescente oferta ao nível hoteleiro e de alojamento local, fatores estes determinantes para que Câmara de Lobos seja a freguesia de cariz mais urbano.

Já as restantes freguesias, localizadas a cotas de altitude mais altas, como o Estreito e de Câmara de Lobos, o Jardim da Serra e a Quinta Grande, as mesmas evidenciam um cariz predominantemente agrícola.

No caso da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, fruto da sua altitude, exposição solar, características do solo e condições climatéricas, esta apresenta condições ímpares para a existência de inúmeras vinhas, sendo responsável por mais de 50% das uvas que produzem o afamado Vinho Madeira, produto de grande valor se atendermos ao facto de a comercialização do vinho da Madeira, que rondou os 3,1 milhões de litros no ano de 2022, e que se traduziu em receitas de primeira venda que ascenderam aos 21,0 milhões de euros, o mais alto de sempre. Também nesta freguesia, conjuntamente com as demais de cariz rural, predominam diversas plantações hortícolas em microparcelas, sendo de destacar as árvores de fruto, principalmente as cerejeiras e macieiras dispersas por toda a freguesia do Jardim da Serra.

Relativamente à freguesia do Curral das Freiras, localizada no coração da ilha, onde a amplitude de altitudes é ímpar, ainda é possível observar a prática agrícola de hortícolas em inúmeros “poios” (pequeníssimas parcelas em socalco dispostas pelas íngremes vertentes) bem como um manancial enorme de árvores de fruto, com especial destaque para a ginja e a castanha de importância económica significativa para o concelho. Relativamente à beleza natural impressionante desta pitoresca freguesia, as imensas áreas de mancha florestal protegida acarretam consigo inúmeras limitações no que à administração territorial e ao crescimento económico diz respeito.

Tendo em consideração que as atividades relacionadas com o setor primário continuam a apresentar uma significativa expressão no contexto local e regional, nomeadamente a bananicultura, os produtos

hortícolas, a viticultura, a cereja, a ginja, a castanha, alguma maçã bem como outros frutos, tem-se assistido a alguma migração da população ativa afeta às atividades do setor primário (agricultura, pecuária e mesmo pesca), para atividades associadas, principalmente, ao setor terciário, sendo de destacar os setores da construção civil, da produção de bebidas, da restauração, da hotelaria e das empresas de prestação de serviços afetas ao setor turístico, localizadas na sede de concelho, mas também na capital madeirense.

Esta recente realidade, intrinsecamente ligada às dificuldades associadas ao crescimento dos rendimentos provenientes do setor agroalimentar, resulta da conjugação das elevadas amplitudes hipsométricas e dos acentuados declives do relevo, de onde deriva um significativo fracionamento da propriedade que, na sua generalidade, se caracteriza por ser de reduzida dimensão (retalhos de microparcels) e, na grande maioria dos casos, de difícil conexão pedonal e de acesso à água, o que condiciona a introdução de maquinaria e obriga a que quase todo o trabalho, resulte do recurso a mão de obra humana e a utensílios agrícolas manuais, característicos da agricultura dita tradicional.

Ainda que, face ao cenário descrito, existam produtores com alguma dimensão no domínio das hortícolas, das uvas, da banana, da cereja, da maçã e da castanha, capazes de proporcionar uma cota de abastecimento dos principais mercados do concelho e mesmo do Funchal, os mesmos são manifestamente insuficientes, resultando daí uma expressiva necessidade de importação (nacional, europeia e mesmo extra-europeia) daqueles produtos, para fazer face às necessidades da população mais urbana do concelho e das suas inúmeras instituições públicas, de caráter social, e de caráter privado, nomeadamente os hotéis, restaurantes e bares.

Desta realidade, é possível inferir que o sistema agroalimentar concelhio é ainda muito linear e extremamente deficitário, carecendo de alterações profundas capazes de inverter, de forma efetiva, as insuficiências sistémicas nas relações urbano-rurais e assim incrementar a sua fluidez assente numa economia circular.

Para tal, deverão ser implementadas no terreno ações concretas, onde seja desenvolvido um leque diverso de atividades que acelerem a inversão do ciclo produtivo ineficiente dos microprodutores, a partir da criação de condições para os mesmos, suficientemente capazes de garantir o escoamento e o armazenamento da sua produção agrícola. Assim sendo, é necessário concretizar um conjunto de ajudas capazes de garantir esses propósitos, a distribuição do produto e o pagamento justo aos microprodutores locais, a partir do recurso à criação de condições dignas de rega, de acesso aos terrenos, de produção, de armazenamento e de distribuição, minimamente aceitáveis e capazes de proporcionar um rendimento justo e equitativo e sólido para assegurar a circularidade dos produtos locais em consonância com os objetivos dos sistemas agroalimentares sustentáveis, nomeadamente

a promoção da preservação ambiental, da alimentação saudável e da diminuição da ocorrência de determinadas doenças.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

De acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, existe apenas um planeta Terra mas, em 2050, o mundo consumirá como se existissem três e, segundo as previsões da OCDE e do Banco Mundial, o consumo mundial de matérias-primas, como a biomassa, os combustíveis fósseis, os metais e os minerais, deverá duplicar nos próximos quarenta anos prevendo-se que a produção anual de resíduos aumente 70 % até 2050, o que coloca a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em grande perigo e como tal a própria sobrevivência da humanidade.

Face a esta realidade, perante o facto de metade das emissões de gases com efeito de estufa e mais de 90 % da perda de biodiversidade e da pressão sobre os recursos hídricos advirem da extração e da transformação de recursos, foi lançado pela União Europeia o Pacto Ecológico Europeu assente numa estratégia focada numa economia com impacto neutro no clima, mais eficiente em termos de recursos e consequentemente mais competitiva.

No seu seguimento, para que a neutralidade climática seja alcançada até ao ano de 2050 e de forma a acelerar e incentivar a transição para uma economia circular baseada num modelo de crescimento regenerativo, vários têm sido os passos dados pela União Europeia rumo a uma Economia Circular resiliente e atrativa, a saber:

- apresentação, em março de 2020, do Plano de Ação para a Economia Circular por parte da Comissão Europeia visando uma conceção mais sustentável dos produtos, a redução dos resíduos e a capacitação dos consumidores;
- adoção, em fevereiro de 2021, por parte do Parlamento Europeu, de um o novo plano de ação para a economia circular onde são exigidas medidas adicionais para alcançar uma economia neutra em termos de carbono, sustentável, livre de substâncias tóxicas e totalmente circular até 2050;
- lançamento do primeiro pacote de medidas para acelerar a transição para uma economia circular, como parte do plano de ação da economia circular, em março de 2022, por parte da Comissão Europeia, onde se inclui a promoção de produtos sustentáveis, a capacitação dos consumidores para a transição verde, a revisão do regulamento dos produtos de construção e uma estratégia sobre têxteis sustentáveis.

Em linha com as legítimas ambições da Comissão Europeia, tanto Portugal como a Região Autónoma da Madeira assumiram compromissos concretos para com a economia circular, conforme atestam o Plano de Ação para a Economia Circular, por parte da República Portuguesa, ou a Agenda Madeira Circular, por parte do Governo Regional.

É nesse espectro de orientações e de compromissos que emergiu o projeto “RURBANLINK” subscrito por oito municípios, orientado para melhorar a eficiência de recursos, conferir-lhes uma utilização mais espaçada no tempo, e efetuar uma radiografia às interações funcionais entre áreas urbanas e áreas rurais das cidades incluídas no projeto, com vista à elaboração de um Plano de Ação Local que responda aos múltiplos objetivos plasmados em macro-estratégias orientadoras de política pública e alinhado, em plena harmonia, com os princípios plasmados no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, nomeadamente: a conceção de produtos, serviços e modelos de negócio que previnam a produção de resíduos e poluição do sistema natural; a manutenção de produtos e materiais em utilização, no seu valor económico e utilidade mais elevados, pelo máximo tempo possível; e o fomento da regeneração dos recursos materiais utilizados e dos sistemas naturais subjacentes.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

A RurbanLink (Rede de Ligações Circulares entre Áreas Urbanas e Rurais) é uma das quatro Redes de Cidades Circulares selecionadas e constituídas em 2021, orientada em particular para as Relações Urbano-Rurais, as Novas Relações de Produção, a Distribuição e Consumo e Setor Alimentar, e para as Soluções de Desafios Urbanos Comuns, no âmbito da Transição de uma Economia Linear para uma Economia Circular. Por outro lado, e de forma complementar, a rede também está focada na exploração e desenvolvimento de temas transversais como a Transição Digital, a Equidade e a Inclusão Social.

Esta Rede é constituída pelo parceiro líder - Câmara Municipal do Fundão, por outros seis municípios parceiros, designadamente os Municípios do da Ribeira Grande, de Câmara de Lobos, de Reguengos de Monsaraz, de Penela, de Guimarães e de Bragança, e ainda pela Lisboa E-Nova - Agência de Energia e Ambiente de Lisboa.

A divisão do projeto, financiado a 75% pelo Fundo Ambiental e pela Iniciativa Nacional Cidades Circulares, foi estabelecida em 3 fases distintas, nomeadamente:

- Fase 0 – Constituição da parceria
- Fase 1 – Diagnóstico prospetivo, com uma duração prevista de 4 meses
- Fase 2 – Planeamento da ação, com uma duração prevista de 16 meses.

O Principal objetivo da Rede RurbanLink, cujo programa está alinhado com os objetivos de outras estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável e coesão territorial, nomeadamente com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Programa Nacional para a Coesão Territorial e a Nova Geração de Políticas de Habitação, é apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e um conjunto de finalidades de política pública, nomeadamente:

- Potenciar a partilha, transferência e capacitação do conhecimento das cidades entre si em matéria de economia circular e desenvolvimento urbano sustentável;
- Melhorar as condições presentes e futuras de acesso dos municípios e suas comunidades a financiamento europeu e nacional para o desenvolvimento urbano sustentável e a economia circular;
- Melhorar a conceção e concretização das políticas nacionais para a economia circular em áreas urbanas mediante o reforço da cooperação multinível e multisectorial e da capitalização dos resultados locais;

- Apoiar os municípios e as comunidades no planeamento da ação para a economia circular mediante abordagens integradas e participadas de base territorial;
- Melhorar as condições para o desenvolvimento de ações urbanas inovadoras no âmbito da economia circular.
- Promover ligações funcionais entre as áreas urbanas e rurais enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local.
- Promover novas relações de produção, distribuição e consumo no setor alimentar baseadas num novo modelo económico, assente em circuitos fechados;
- Fomentar a inovação ao longo de toda a cadeia de valor é, minimizando consumos de materiais e as perdas de energia;
- Assegurar a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Substituir o conceito de fim-de-vida da economia linear por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, num processo integrado de dissociação entre o crescimento económico e o aumento do consumo de recursos. Inspirada pelos mecanismos existentes nos ecossistemas naturais, que gerem os recursos num processo contínuo de reabsorção e reciclagem, a Economia Circular promove um modelo económico reorganizado, através da coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados. Este conceito ultrapassa assim o âmbito e o foco em ações de gestão de resíduos e de reciclagem, habitualmente adotadas, visando uma ação mais ampla.

Pelo exposto, o Município de Câmara de Lobos compromete-se a implementar um verdadeiro sistema agroalimentar circular, capaz de erradicar o conceito de fim-de-vida da economia e implementar novos fluxos circulares integrados num processo que dissocia crescimento económico e aumento do consumo de recursos, recorrendo para o efeito à elaboração do seu Plano de Ação Local Integrado assente no estabelecimento de uma estratégia promotora de um sistema agroalimentar circular “Do mar à Serra” capaz de, gradualmente, dismantelar o sistema de desenvolvimento económico atual amarrado a um modelo linear altamente ameaçador da disponibilidade de recursos e responsável pela degradação dos ecossistemas naturais.

Assim, para o desenvolvimento do Plano de Ação Integrado de Câmara de Lobos, a estratégia escolhida, seguiu os seguintes passos:

- realização da visita do Perito de Rede ao nosso município onde foi recolher informação crucial para a elaboração do Estudo Base a partir da auscultação dos decisores políticos e dos diferentes membros

do Grupo de Ação local e que serviu de ponto de partida fundamental para o início da conceção do PLAI;

- realização de oito encontros nos diferentes concelhos que integraram o Projeto RurbanLink, onde foi possível: observar in loco boas práticas no domínio da circularidade, potenciar a partilha, transferência e capitalização do conhecimento entre os diferentes parceiros, em matéria de Economia Circular e Desenvolvimento Urbano Sustentável, e receber preciosas orientações de exploração dos diferentes Hot-Topics por parte do Perito, a ter em consideração para efeitos da redação do PLAI. É de destacar desses encontros: a aclaração das condições presentes e futuras de acesso dos parceiros a financiamento europeu e nacional, através da identificação de ações passíveis de serem implementadas a nível local; o esclarecimento cabal de quais as políticas nacionais para a Economia Circular, em áreas urbanas, e qual a capitalização das mesmas; a abertura de horizonte aos parceiros no que respeita ao desenvolvimento de possíveis ações urbanas inovadoras no âmbito da Economia Circular;

- contacto continuado com o Perito que evidenciou permanentemente uma disponibilidade e um acompanhamento exemplares. No exercício das suas desafiantes funções, acompanhou e orientou a elaboração do PLAI sempre com profissionalismo e humanismo, demonstrando sempre uma postura construtiva e esclarecida determinantes para a execução e conclusão do plano;

- participação na Academia Redes Cidades Circulares que constituiu o principal evento de formação transversal para as Redes Cidades Circulares constituídas no âmbito da Iniciativa Nacional Cidades Circulares. Organizada pela Direção-Geral do Território com a colaboração do Município do Fundão, a Academia revelou-se uma mais-valia para a elaboração do PLAI, pois, por um lado, as suas palestras e atividades foram esclarecedoras quanto aos passos a dar para a transição verde, e por outro, a formação dada aos participantes, em métodos e ferramentas essenciais para desenvolverem Planos Locais de Ação, capacitaram os participantes com conhecimentos e capacidades fundamentais.

- realização de reuniões com o grupo de ação local a fim de partilhar uma metodologia participativa construtiva e informações relevantes em torno do tema escolhido, estabelecer prioridades de ação no domínio da economia circular concelhia, e definir ações e atividades a desenvolver no âmbito do PLAI. Os membros do grupo de ação local que participaram no primeiro grande encontro entre o perito do projeto e o grupo de trabalho da autarquia foram: Associação Insular de Geografia; CDISA – Centro de Desenvolvimento e Investigação Sociocultural e Agroflorestal; Associação de Agricultores da Quinta Grande; Associação de Jovens Agricultores da Madeira, Junta de Freguesia do Curral das Freiras; Junta de Freguesia do Jardim da Serra; Junta de Freguesia da Quinta Grande; Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta; Direção Regional de Agricultura; Direção Regional de Turismo; Associação de

Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA); Casa do Povo de Câmara de Lobos; Casa do Povo do Curral das Freiras; Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos; Casa do Povo da Quinta Grande; Casa do Povo do Jardim da Serra; Hotel Pestana; Hotel Jardim da Serra; Quinta da Saraiva Hotel; Bio Hotel Quinta da Serra; e FRIIC - GELADOS DE FRUTA DA MADEIRA. Esta primeira reunião com o grupo de ação local foi crucial para a capacitação dos mesmos no âmbito da temática em exploração, mas acima de tudo para o aprofundamento do estudo de base fundamental para todos os trabalhos que se seguiram no âmbito do Projeto.

No que concerne às cinco restantes reuniões com o Grupo de Ação Local, que assumiram um caráter periódico, marcaram sempre presença a Universidade Aberta (representante do mundo académico e de investigação), a Associação Insular de Geografia (stakeholder de planeamento local e regional), e o CDISA – Centro de Desenvolvimento e Investigação Sociocultural e Agroflorestal (parceiro local nos domínios científico-rural, da educação e da investigação agroalimentar). Nas mesmas foram sendo partilhados os conhecimentos e competências adquiridas pelos representantes da autarquia nos encontros nacionais, com o intuito de capacitar os diferentes membros do Grupo de Ação Local, mas aquelas serviram essencialmente para a elaboração colaborativa do PLAI, nomeadamente no que concerne às Ações e atividades propostas.

FOCO & VISÃO

Em estreita articulação com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2030 — PDES Madeira 2030, e com a Agenda da Região Autónoma da Madeira para a Economia Circular, o Plano traçado aponta para um horizonte baseado num cenário de médio prazo, o ano de 2030, que se ambiciona para o concelho de Câmara de Lobos, apontando um conceito global e integrado que deverá guiar a estratégia de desenvolvimento territorial.

A visão de futuro para a circularidade da economia local sintetiza um desígnio comum, assente em objetivos concretos, com uma estratégia orientada para a criação de riqueza, baseada nos princípios prioritários da circularidade e da eficiência.

O futuro que se almeja para o concelho de Câmara de Lobos, em matéria de circularidade, nomeadamente no que concerne ao setor agroalimentar, basear-se-á, conforme é traçado no presente documento, na habilitação do tecido empresarial para a adoção das melhores práticas assentes em soluções empreendedoras inovadoras, baseadas nos princípios da circularidade e na capacitação dos recursos humanos na área, de forma a garantir o incremento das suas capacidades técnicas.

Atendendo ao peso histórico e económico que o setor agrícola assume no âmbito concelhio, deverá ser dada continuidade à aposta naquele setor, desta feita tendo por base a inovação e a modernização, assentes no princípio da circularidade da economia, garantindo para os próximos anos um concelho verdadeiramente **“Circular do Mar à Serra”**, a partir:

- da salvaguarda circular do abastecimento de alimentos locais: as relações urbanas e rurais permitirão um fluxo contínuo de alimentos, com os produtos agrícolas e pecuários a serem fornecidos às cidades para alimentar a população urbana;
- do desenvolvimento económico concelhio: a interação entre as áreas mais urbanas e as áreas de cariz mais rural do concelho, impulsionarão o desenvolvimento económico de ambos os contextos, com destaque para as áreas urbanas que a partir do fornecimento de mercados para os produtos rurais, gerarão proveito aos agricultores e outros empreendedores rurais locais;
- da troca de conhecimentos e habilitações: a promoção da troca de conhecimentos e de habilidades entre diferentes setores da sociedade será uma realidade. Por influência urbana serão compartilhados conhecimentos sobre tecnologia e inovação, enquanto nos meios rurais serão compartilhados conhecimentos tradicionais sobre agricultura e sustentabilidade. Desta troca, é expectável que os

conhecimentos resultem em avanços nas mais variadas áreas: agricultura, medicina, indústria, entre outras;

- da preservação do meio ambiente: as áreas rurais câmara-lobenses abrigam recursos naturais, como florestas, ribeiros e demais áreas de conservação de interesse municipal e regional, pelo que ao recorrer à circularidade dos produtos agrícolas, a preservação daqueles recursos poderá facilmente ser sustentada pela “clientela” urbana que, na qualidade de clientes circulares, prestarão apoio financeiro e logístico à conservação ambiental;

- do bem-estar social e da qualidade de vida: o fornecimento, por parte da área urbana, de uma ampla gama de serviços, como educação, saúde e cultura, beneficiará os moradores rurais que em troca oferecerão ambientes mais tranquilos, contato com a natureza e oportunidades rural-pedagógicas capazes de melhorar a qualidade de vida de todos os munícipes e daqueles que visitem Câmara de Lobos;

Assim, **“Circular do Mar à Serra”** assumir-se-á, de forma estratégica, como um garante de benefícios económicos, sociais, ambientais e culturais para ambas as partes concelhias (rurais e urbanas), a partir da colaboração e da complementaridade entre ambas as realidades territoriais.

2. Plano de Ação

PROPOSTA DE VALOR

A implementação do presente plano de ação tem como objetivo a concretização de um modelo mais sustentável, equitativo e resiliente, sendo expectável que o mesmo traga para o concelho um conjunto alargado de mais valias em diversos domínios:

- Sustentabilidade ambiental: minimização da extração de recursos naturais e de geração de resíduos, promovendo a reutilização e regeneração de materiais o que reduz a pressão sobre os recursos naturais e o meio ambiente, diminuindo a emissão de poluentes e a acumulação de resíduos;
- Redução do desperdício: com a adoção de práticas económicas circulares, a cidade reduzirá significativamente o desperdício de materiais e recursos, pois em vez de descartar produtos após o uso, os mesmos serão reintroduzidos na cadeia de valor por meio de reciclagem, acondicionamento ou remanufatura. Tal realidade ajudará a prolongar a vida útil dos produtos e a maximizar seu valor;
- Estímulo à inovação: a circularidade económica incentivará a inovação em termos de design de produtos, processos de produção e modelos de negócios locais. Ao repensar a forma como os produtos são projetados e fabricados, será possível criar produtos mais duráveis, modulares e facilmente reparáveis, o que estimulará o desenvolvimento de novas soluções e impulsionará a economia local;
- Criação de empregos e crescimento económico: prevê-se que a transição para uma economia mais circular no domínio territorial concelhio, gere oportunidades de emprego em setores de cariz agrícola ou a ele associados, podendo assim ser impulsionado o crescimento económico a partir da promoção da inovação e da melhoria da eficiência dos recursos;
- Resiliência e segurança do abastecimento: a economia circular contribuirá para a diminuição da dependência de recursos escassos e voláteis, diversificando as fontes de matéria-prima. Ao reciclar e reutilizar materiais, o concelho reduzirá a sua vulnerabilidade a possíveis interrupções no fornecimento de recursos ou a flutuações nos preços das commodities;
- Melhoria da qualidade de vida: ao reduzir a poluição do ar, da água e do solo, a saúde pública é beneficiada e como tal a qualidade de vida dos cidadãos sairá beneficiada. Além disso, práticas de economia circular, como compartilhamento e aluguer de produtos, podem proporcionar acesso a bens e serviços a um custo mais baixo para os cidadãos;

- Aumento da resiliência empresarial, melhoria do conforto do consumidor e benefícios ambientais e sociais: para as empresas sediadas no concelho, o valor criado com a circularidade económica residirá na redução dos custos de compra de matérias-primas e do fabrico de novos produtos (mesmo que mais materiais sejam usados antecipadamente para tornar os produtos duráveis). Para os clientes, o valor no acesso a mercadorias tenderá a atingir preços mais baixos. E, para o meio ambiente e a sociedade, garantir-se-ão menores emissões de gases de efeito estufa, água mais limpa e menor necessidade de transferência, triagem e tratamento de resíduos;
- Criação de valor na indústria de alimentos: o crescimento de alimentos provenientes de sistemas agrícolas regenerativos aumentará localmente os lucros e produção, reduzindo a poluição, armazenando carbono no solo e ajudando a biodiversidade;
- Eliminação do desperdício alimentar: é previsível a redução do custo total da produção e da quantidade de terra necessária para a agricultura na área territorial concelhia, a partir, também, da utilização de subprodutos alimentares que poderão ser utilizados noutros setores;
- Diminuição das emissões de Gases de Efeito de Estufa: será garantido um menor impacto resultantes das mudanças climáticas e como tal menos custos a si associados, nomeadamente no setor da saúde;
- Cumprimento de metas climáticas empresariais: os modelos de negócios de economia circular a implementar no concelho, permitirão uma antecipação das quase certas regulamentações governamentais de proteção à biodiversidade e de aumento de segurança de suprimentos de matéria-prima que venham a surgir;
- Incremento de negócios regenerativos: a melhoria da lucratividade e da resiliência dos negócios locais, ganhará dimensão a partir do binómio da redução dos custos para os clientes e dos benefícios resultantes da circularidade para a sociedade e o meio ambiente.

AÇÕES

Ação 1 – Km zero para o setor social e educativo

Descrição da Ação:	A existência de inúmeros produtores agrícolas resultantes da extrema fragmentação das propriedades, faz com que uma quantidade significativa de produtos agrícolas não entre no circuito de consumo local devido às parcas possibilidades financeiras daqueles produtores por insuficiência financeira e capacidade de deslocação. Com esta ação, pretende-se que esses produtos agrícolas locais sejam escoados para as IPSS concelhias.
Objetivos:	- Garantir o escoamento/armazenamento da produção; - Assegurar a fiabilidade das entregas (regularidade/quantidade)
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	- Circularidade
Entidade responsável pela coordenação da ação:	- Câmara Municipal de Câmara de Lobos (Pelouro do Ambiente)
Parceiros locais a envolver:	Centro Social e Paroquial de Santa Cecília Centro Social e Paroquial do Carmo Escolas Básicas do 1º Ciclo
Tempo necessário para implementação:	Dois anos
Investimento total:	200 000 €
Potenciais riscos à implementação:	- Desconhecimento da capacidade produtiva existente - Inexistência de um Plano Nutricional adequado à sazonalidade dos produtos - Inexistência de uma rede de logística de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas.

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A1.1 Reunião com Casas do Povo e Juntas de Freguesia	Calendarizar e realizar reuniões com produtores locais por freguesia para apresentar o projeto.	12 meses	A quantificação de pequenos agricultores interessados em participar e da quantidade média de produtos disponíveis por mês.	
A1.2 Reunião com IPSS e Delegação Escolar	Estabelecer protocolos e parcerias para o escoamento dos produtos	4 meses	O estabelecimento de protocolos entre autarquia, IPSS's e escolas do 1º ciclo do concelho, com pequenos produtores locais.	
A1.3 Reunião com a Direção Regional de Agricultura	Estabelecer protocolo para a construção de armazéns e o estabelecimento de uma rede de transporte de produtos agrícolas entre produtores e local de armazenagem.	12 meses	Construção de armazém Implementação da rede de transporte de produtos agrícolas entre produtores e local de armazenagem.	

Ação 2 – Centro de recolha circular do Mar à Serra

Descrição da Ação:	Criar um centro de compostagem de material orgânico com capacidade para transformar o excedente orgânico de produtos dos agricultores e produtores locais, da restauração, das escolas e de algumas famílias.
Objetivos:	- Redução dos resíduos orgânicos; - Diminuição saturação do lixo indiferenciado; - Valorização do excedente orgânico com transformação em adubo natural; - Redução da utilização de fertilizantes naturais.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	O município de Câmara de Lobos já procura implementar esta lógica de circularidade com a recolha de material orgânico dos espaços verdes, que tem transformado em adubo para esses mesmos espaços verdes. Esta recolha seria complementar à que também já é feita em alguns municípios da Região Autónoma da Madeira por parte da empresa Águas e Resíduos da Madeira, S.A. (ARM).
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Câmara Municipal de Câmara de Lobos em parceria com a Empresa de capitais exclusivamente públicos - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. (ARM)
Parceiros locais a envolver:	CDISA - Centro de Desenvolvimento e Inovação Sociocultural e Agroflorestal.
Tempo necessário para implementação:	2 a 3 anos.
Investimento total:	1,5 milhões de euros.
Potenciais riscos à implementação:	- Transporte de resíduos; - Retorno financeiro nulo ou não imediato; - Custos associados à mão de obra na limpeza de terrenos; - Falta de investigação sobre os benefícios destes adubos para os terrenos; - Falta de conhecimento sobre a economia circular e da compostagem; - Possível existência de microplásticos nos adubos.

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A2.1 - Prospeção e compra de um terreno florestal	- Localizar e adquirir o terreno florestal.	7 meses	Aquisição de um terreno com um mínimo de 30 mil metros quadrados.	
A2.2 - Aquisição de maquinaria, veículos e demais material	- Adquirir maquinaria específica nos domínios da compostagem e do seu transporte.	12 meses	- Maquinaria de seleção do lixo; - Maquinaria de compostagem; - Aquisição de maquinaria pesada; - Aquisição de veículos de transporte.	
A2.3 - Construção do Centro de Compostagem	- Construir o Centro de Compostagem e instalações necessárias ao seu funcionamento. - Criação da equipa e colaboradores do projeto.	17 meses	- Construção das instalações.	

Ação 3 – Criação de uma Incubadora Agrícola

Descrição da Ação:	Disponibilização de espaços e materiais para o desenvolvimento de empresas e inovação do ramo agrícola e rural.
Objetivos:	- Ajudar e apoiar os promotores de projetos empreendedorismo de base rural, disponibilizando -lhes meios e condições favoráveis à transformação de ideias e projetos inovadores em planos de negócios e estes em organizações empresariais de sucesso. - Capacitar promotores de base rural, com vista à sua qualificação e especialização, fatores conducentes a melhores condições de sucesso dos projetos em desenvolvimento; - Minimizar os riscos associados à fase inicial do processo de lançamento de empresas de base rural incrementando o nível de competências de gestão do empreendedor; - Desenvolver cenários de cooperação entre promotores de ideias e empresas de base rural e entidades do Sistema Científico - Tecnológico, procurando a qualificação dos negócios incubados; - Difundir soluções, inovações e avanços tecnológicos que contribuam para o incremento da sustentabilidade e competitividade das empresas de base rural; - Disponibilizar sistemas de incentivo, sob a forma de concessão de apoios financeiros e/ou divulgação de instrumentos e medidas existentes aplicáveis que tornem mais eficaz o processo de empreendedorismo; - Garantir complementaridades com outros programas de fomento à atividade empreendedora já mobilizados no território, permitindo incluir o empreendedorismo rural na política local de desenvolvimento económico e territorial; - Combater o crescente abandono de terrenos agrícolas no município
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	- Descarbonização; - Economia Circular; - Clima-Madeira; - Plano de Ação para a Coesão Social. - PAESC 2030.
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Câmara Municipal de Câmara de Lobos (Possível criação de uma empresa municipal)
Parceiros locais a envolver:	Instituto de Desenvolvimento Empresarial; Acaporoma - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira; Associações de agricultura; CDISA - Centro de Desenvolvimento e Inovação Sociocultural e Agroflorestal; AJAMPS - Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo;

	Secretaria Regional da Agricultura; Associação Insular de Geografia			
Tempo necessário para implementação:	5 anos			
Investimento total:	Em estudo			
Potenciais riscos à implementação:	Frac adesão de terrenos da bolsa de terras; Falta de capital de investimento; Não adesão de possíveis empreendedores/investidores; Barreiras Legais.			
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A3.1 - Estratégia Municipal para o Empreendedorismo	- Adequação de políticas municipais, nacionais, comunitárias e estratégia municipal. - Quebrar barreiras legais que possam existir.	12	- Um documento/instrumento de orientação e regulamentação política	
A3.2 - Aquisição de propriedades/lançamento empreitada da	- Requalificação/construção de um edifício para instalação da incubadora; - Aquisição de terrenos agrícolas para instalação da incubadora.	24	- Terras para desenvolvimento das atividades/ações previstas; - Criação do espaço físico da incubadora.	

A3.3 - Criação de equipas/conselho consultivo, equipa de gestão e equipa técnico-pedagógica	- Adquirir recursos humanos qualificados	12	- Criação de uma equipa qualificada com participação de entidades da área e técnicos qualificados.	
A3.4 - Criação de bolsas de terras e equipamentos para as incubadoras	- Disponibilização de meios para o desenvolvimento das atividades.	12	- Regulamento de bolsa e de baco de terras, como facilitador do acesso à terra aos novos empreendedores (terras cedidas por terceiros ao arrendamento e terrenos do município para arrendamento).	
A3.5 - Estratégia de Comunicação e capacitação dirigida à população em geral	- Capacitar os agricultores; - Criar um plano de comunicação para a difusão das atividades da incubadora.	12	- Cursos de formação; - Plano de comunicação da incubadora.	

Ação 4 – Conversão de hortas pedagógicas em hortas biológicas escolares

Descrição da Ação:	Converter as hortas pedagógicas já existentes nas diversas escolas do concelho, em hortas biológicas escolares, dotando os docentes, técnicos, discentes e respetivos Encarregados de Educação, com conhecimentos e competências para a prática agrícola em modo de produção biológico.
Objetivos:	- Consciencialização da comunidade escolar para a necessidade de produção e consumo de produtos biológicos; - Substituição gradual dos produtos convencionais por produtos oriundos do modo de produção biológico; - Utilização da horta e cozinha escolar como espaços de aprendizagem; - Criação de uma rede de produtores em Modo de Produção Biológico (Modo de produção Biológico)
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	- Descarbonização; - Circularidade; - Alimentação Saudável.
Entidade responsável pela coordenação da ação:	- CDISA - Centro de Desenvolvimento e Inovação Sociocultural e Agroflorestal. (Professor Manuel de Jesus Gonçalves)
Parceiros locais a envolver:	- Delegação escolar do concelho; - Escolas Primárias do concelho; - CAL - Cooperativa de Produção e Consumo Liberdade.
Tempo necessário para implementação:	- 24 meses
Investimento total:	4000 €/escola (40 000 total)
Potenciais riscos à implementação:	- Não adesão dos parceiros e intervenientes; - Falta de financiamento.

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A4.1 - Análise dos solos	- Conhecer a composição dos solos	1 mês	- Conhecimento dos dados de natureza química da composição dos solos.	
A4.2 - Aplicação de corretivos e financiamento no solo	- Permitir que o solo fique equilibrado e com condições ótimas para as plantas ou sementes que se querem cultivar	1 mês	- Produzir com qualidade os produtos pretendidos.	
A4.3 - Capacitação Técnica em Modo de produção Biológico - MPB para o Pessoal Docente e Pessoal Não Docente das escolas	- Habilitar os professores e pessoal não docente com competências técnicas para aplicação prática e transmissão de conhecimentos.	1 mês	- Transmissão de conhecimentos e competências em Modo de Produção Biológico aos discentes.	
A4.4 - Acompanhamento Técnico	- Garantir Modo de Produção Biológico - MPB	1 mês	- Produção com certificação Biológica.	

Ação 5 – Ação de sensibilização e capacitação - Circular do Mar à Serra

Descrição da Ação:	Realização de ações de formação e sensibilização para a comunidade escolar, atores do tecido económico, nomeadamente o dos setores da restauração, agrícola e turístico, para dotar e capacitar os diferentes público-alvo com conhecimentos e competências para a circularidade do concelho - políticas e ações.
Objetivos:	- Consciencialização e capacitação da comunidade escolar, residente para a necessidade de produção e consumo de produtos biológicos; - Substituição gradual dos produtos convencionais por produtos oriundos do modo de produção biológico; - Utilização da horta e cozinha escolar como espaços de aprendizagem; - Criação de uma rede de produtores em Modo de Produção Biológico (Modo de produção Biológico)
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	- Descarbonização; - Circularidade; - Alimentação Saudável.
Entidade responsável pela coordenação da ação:	- Casas do Povo
Parceiros locais a envolver:	- Escola Profissional Dr. Sérgio Teixeira – EPST
Tempo necessário para implementação:	- 24 meses
Investimento total:	200 000 €
Potenciais riscos à implementação:	- Não adesão dos parceiros e intervenientes.

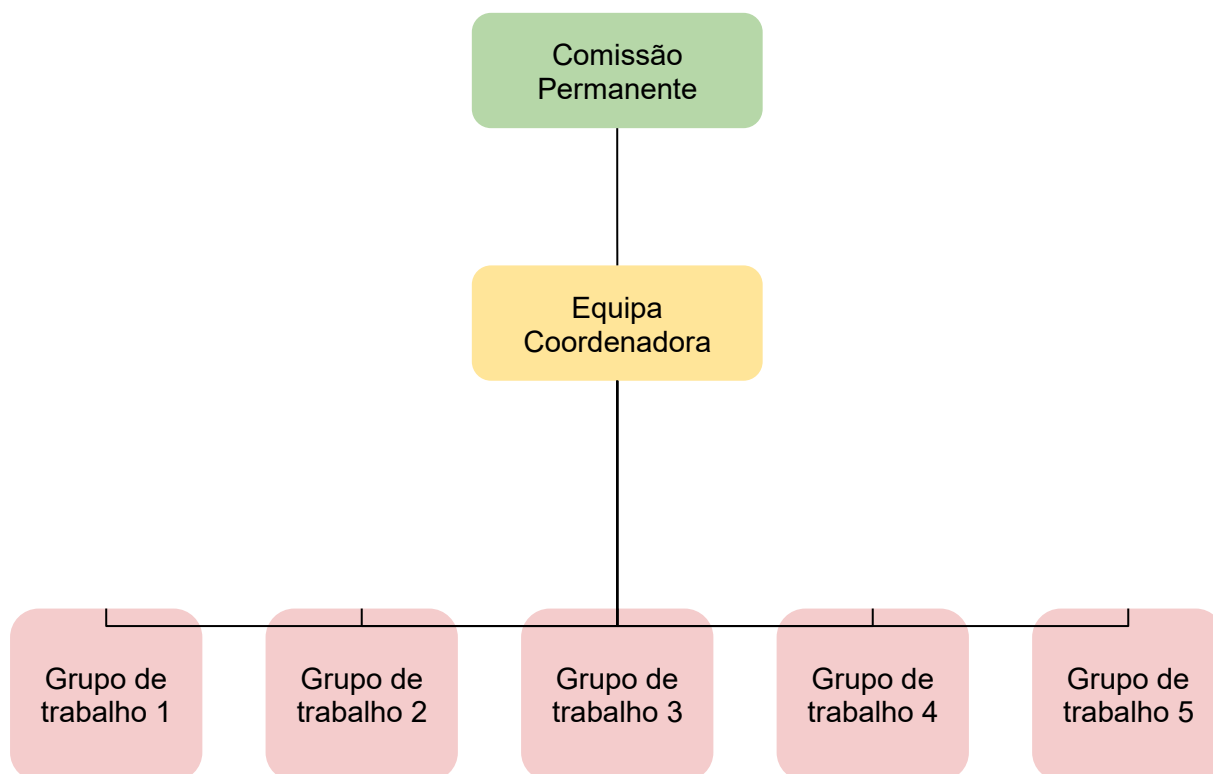
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A5.1 - Ações de sensibilização/formação sobre economia circular e políticas circulares do território.	- Identificar estratégias e modelos de negócio da economia circular. - Mapear as principais barreiras, incentivos e oportunidades. - Conhecer a atual estratégia da União Europeia, sustentada no Green Deal Europeu. - Antecipar a futura regulamentação e normalização que influenciará a atividade empresarial. - Conhecer ferramentas e metodologias de apoio à implementação de práticas circulares.	1 ano	- Capacitação dos diferentes elementos definidos como público-alvo nos domínios da circularidade e das políticas circulares do território.	

ABORDAGEM INTEGRADA

Tipos de Abordagem Integrada	Descrição	Situação Atual (Planos, Estratégias, Investimentos, Estudos, Projetos, Pactos,...)	Quais podem ter ligação a montante ou jusante com a Plano de Ação Rurban_Link?
Política / Sectorial	Integração de desafios económicos, sociais e ambientais.	Plano de Ação para a Coesão Social; Diagnóstico Social Participado; Plano Municipal para a Integração de Pessoas Sem Abrigo; Pacto de Autarcas; Interreg MAC Mercamarkt; Território Digital - Câmara de Lobos; Interreg MAC ECOTUR2; Carta Educativa Municipal.	Pacto de Autarcas; Interreg MAC - Mercamarkt; Interreg MAC ECOTUR2; Carta Educativa Municipal.
Horizontal	Desenvolver parcerias ao nível local e envolver todos os atores em torno do desafio.	Grupo de Ação Local; Conselho Municipal da Educação; Casas do Povo; Juntas de Freguesia; Universidade da Madeira; Universidade Aberta;	Grupo de Ação Local; Conselho Municipal da Educação; Casas do Povo; Juntas de Freguesia; Universidade da Madeira; Universidade Aberta;
Vertical	Alinhar políticas, estratégias e planos. Identificar cadeia vertical de governança (CCDR, CIMs, Governo Central, agências públicas, ...)	Madeira Circular; Observatório Clima Madeira; Agenda 21 Local; Estratégia Resíduos Madeira; Plano de Ação da Estratégia de Resíduos Urbanos da ARM; Estratégia para o Setor do Turismo da Região Autónoma da Madeira 2022-2027 - Certificação da Madeira como Destino Sustentável; Eco-Freguesias; AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM;	Madeira Circular; Agenda 21 Local; Estratégia Resíduos Madeira; Plano de Ação da Estratégia de Resíduos Urbanos da ARM; Estratégia para o Setor do Turismo da Região Autónoma da Madeira 2022-2027 - Certificação da Madeira como Destino Sustentável; Eco-Freguesias;
Territorial	Garantir cooperação em intervenções supramunicipais e áreas funcionais.	Projeto LIFE Natura@night.	Projeto LIFE Natura@night.

MODELO DE GOVERNANÇA

O modelo de governança colaborativa que se pretende definir para assegurar a execução e implementação das ações propostas no presente plano de ação inclui representantes políticos e técnicos do Município de Câmara de Lobos, entidades e especialistas na área do ambiente, agricultura e circularidade, e diversas organizações e instituições do concelho. Apresenta-se de forma simplificada, o diagrama do modelo de governança proposto.



Comissão Permanente, composta por membros do executivo municipal - pelo menos 2 membros, com os Pelouros do Ambiente e Agricultura, entidades e especialistas na área do ambiente e agricultura. Esta comissão pretende coordenar e adequar as ações com as estratégias municipais definidas na área da circularidade. Fazem ainda parte das competências desta comissão a supervisão e acompanhamento do desenvolvimento e implementação do plano de ação no horizonte 2024-2030, emitindo recomendações e conselhos para uma maior eficácia e eficiência na concretização das ações. De forma sucinta, são funções da Comissão Permanente:

- verificação da execução das diversas ações do plano, monitorizando o cumprimento das ações definidas;
- emitir recomendações sobre a execução das ações, propondo alterações que sejam vistas com adequadas e/ou melhorias à execução;
- avaliar os resultados das atividades desenvolvidas.

Equipa Coordenadora, composta pela equipa municipal de coordenação do projeto e do plano de ação, e por chefes de divisão de diversas unidades orgânicas municipais, nomeadamente, chefe de divisão da Divisão de Ordenamento do Território (DOT), chefe de divisão da Divisão de Desenvolvimento Social (DDS) e chefe de divisão da Divisão de Gestão Financeira (DGF). Esta equipa visa conjugar a parte técnica do projeto com a parte política. Visa ainda a concretização das atividades e ações do plano, garantindo que os objetivos propostos são alcançados e que os recursos necessários são alocados para esse propósito, assegurando, portanto, a gestão operacional do plano. Serve ainda como um elo de ligação entre os diferentes grupos de trabalho e entre estes e comissão permanente. São funções da Equipa Coordenadora:

- garantir a gestão operacional do plano e que todos os recursos necessários para a sua execução são assegurados;
- monitorizar e avaliar o correto cumprimento das atividades e ações do plano;
- coordenar as atividades dos diversos grupos de trabalho;
- colaborar com todas as partes interessadas (stakeholders, parceiros e demais entidades) na correta implementação do plano;
- reportar para a Comissão Permanente todas as informações relevantes sobre a execução do plano e servir de elo de ligação na comunicação entre todos os intervenientes.

Grupos de Trabalho, compostos por um membro do Grupo de Ação Local (GAL) e pelas entidades públicas ou privadas, pessoas coletivas ou individuais, com interesses nas diversas ações do plano, que são responsáveis por operacionalizar as atividades e ações que compõem o Plano de Ação. É criado um grupo de trabalho para cada uma das ações definidas no plano. Fazem parte das funções dos grupos de trabalho:

- executar as atividades e ações que se encontram explanadas no Plano de Ação, realizando as tarefas necessárias para que sejam implementadas dentro dos prazos estabelecidos;
- fomentar a dinâmica entre todas as partes intervenientes nas atividades e ações, por forma a que estas sejam eficazmente implementadas;
- reportar com regularidade à Equipa Coordenadora o ponto de situação da implementação e execução das atividades e ações, bem como algum constrangimento que possam estar a vivenciar na implementação das mesmas.

Os diferentes grupos intervenientes na governança colaborativa que se pretende implementar, devem-se reunir de acordo com a periodicidade que se segue:

- Comissão Permanente, deverá reunir-se com a periodicidade trimestral durante o horizonte 2024-2030, podendo se reunir sempre que surjam novos elementos de melhoria ou seja necessário;
- Equipa Coordenadora, deverá reunir-se com a periodicidade mensal durante o horizonte 2024-2030, ou sempre que seja solicitado pelos grupos de trabalho, ou sempre que necessário;
- Grupos de Trabalho, deverão reunir-se quinzenalmente, durante o período de implementação da ação correspondente ao grupo, pelo prazo do horizonte 2024-2030.

Por forma que seja garantido o sucesso do modelo de governança participativo e colaborativo proposto, será necessário que sejam implementadas ferramentas essenciais para a gestão de conflitos que possam advir, visto que as diversas entidades envolvidas na execução e desenvolvimento das atividades e ações do plano, poderão ter interesses e perspetivas divergentes sobre uma determinada temática.

Deste modo, para este modelo de governança, deverão ser definidos processos de tomada de decisão. O Município de Câmara de Lobos, como entidade principal de governança do Plano de Ação, deve promover a tomada de decisão através de processos claros e transparentes que envolvam o maior número de entidades com interesses.

3. Alinhamento com Financiamentos

INVESTIMENTO PREVISTO

A execução das diferentes atividades propostas comporta um valor global de investimento de **1,74 milhões de Euros**. (Valor provisório tendo em consideração que o valor global de investimento da Ação 2 encontra-se em estudo)

Para a Ação 1 - “Aumento do consumo dos produtos locais”, está previsto um investimento global de 200 000 €, sendo que 75% (150 000 €) serão da responsabilidade do Programa “Madeira 2030”, definido para o novo ciclo de programação da Política de Coesão, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Os restantes 25% (50 000 €) ficarão a cargo de financiamento próprio do Município de Câmara de Lobos.

Para a Ação 2 - “Criação de um centro de recolha de material orgânico e de compostagem”, está previsto um investimento global de 1 500 000 €, sendo que 80% (1 200 000€) ficarão a cargo do Programa Europeu Horizon, 15% (225 000€) ficarão a cargo da celebração de um Contrato-programa com o Governo Regional, e os restantes 5% (75 000 €) ficarão a cargo de financiamento próprio do Município de Câmara de Lobos.

Para a Ação 3 - “Criação de uma incubadora agrícola”, o investimento global terá que ser posteriormente definido, atendendo à complexidade que a ação se reveste, e que deverá ser alvo de um estudo de mercado mais aprofundado e a uma análise mais cuidada das fontes de financiamento existentes para fazer face a possíveis despesas.

Para a Ação 4 - “Conversão de hortas pedagógicas em hortas biológicas escolares”, está previsto um investimento global de 40 000 €, sendo que 80% (32 000 €) ficarão a cargo do Programa Europeu Interreg-MAC, e os restantes 20% (8 000 €) ficarão a cargo de financiamento próprio do Município de Câmara de Lobos.

Para a Ação 5 - “Ação de sensibilização e capacitação - Circular do Mar à Serra” está previsto um investimento global de 200 000 €, sendo que 100% (200 000 €) ficarão a cargo do Programa Madeira 2030.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Ação	Investimento total (€)	Fonte de financiamento 1 (próprio)	Fonte de financiamento 2 (Horizon)	Fonte de financiamento 3 (Interreg - MAC)	Fonte de financiamento 4 (Contrato - Programa com GR)	Fonte de financiamento 5 (Madeira 2030)	Investimento Total Público (€)
Ação 1	200 000	40 000	—	—	—	160 000	200 000
Ação 2	1 500 000	75 000	1 200 000	—	225 000	—	1 500 000
Ação 3	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Ação 4	40 000	8 000	—	32 000	—	—	40 000
Ação 5	200 000	—	—	—	—	200 000	200 000
Investimento Total	1 940 000 b)	123 000 b)	1 200 000 b)	32 000 b)	225 000 b)	360 000 b)	1 940 000 b)

a) Em estudo.

b) Valor provisório dependente do resultado do estudo.

4. Monitorização & Avaliação

A execução do presente plano de ação, será levada a cabo tendo por base os seguintes pressupostos:

1ª) - Realização de uma reunião de arranque preparatória da execução do Plano de ação, com a participação da Comissão Permanente e da Equipa Coordenadora, para efeitos da conceção de um cronograma dinâmico conjunto (ver cronograma seguinte), onde constará uma tabela de ações composta por uma checklist composta por diversos indicadores: intervenientes; tarefas; prazos; grau de execução; momentos de avaliação, datas, objetivos, redefinição de objetivos.

Cronograma dinâmico de acompanhamento de Ação									
Atividades	Calendarização	Tarefas (Calendarização)	Intervenientes responsáveis	Momento de avaliação 1	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado	Momento de avaliação 2	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado	Momento de avaliação 3	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado
A.1	Entre // // // e								
A.2	Entre // // // e								
A.3	Entre // // // e								
Avaliação do Momento de Avaliação 1	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 2:								
Avaliação do Momento de Avaliação 2	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 3:								
Avaliação do Momento de Avaliação 3	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 4:								

2º) - Realização de reuniões de constituição de grupos de trabalho entre a equipa coordenadora e os membros do Grupo de Ação Local (GAL) e demais entidades públicas ou privadas de interesse para as diferentes ações do plano, para efeitos de definição de objetivos e estratégias de operacionalização das atividades das ações que compõem o Plano de Ação.

3º) - Realização de reuniões semestrais entre a Comissão Permanente, Equipa Coordenadora e os diferentes Grupos de Trabalho constituídos para efeitos de avaliação da execução das ações - análise e avaliação do desenvolvimento das atividades propostas e preenchimento do cronograma dinâmico da ação.

5. Comunicação & Consulta Pública

Um plano com a dimensão e alcance como este que aqui se concretiza, acarreta consigo responsabilidades significativas.

De entre as mesmas, destaque para as formas de comunicação responsáveis pelo esclarecimento do plano e correspondente escrutínio público.

Assim, por uma questão de transparência e democraticidade, o Plano de Ação dar-se-á a conhecer a partir de diferentes níveis: institucional, interno e externo.

No que concerne à comunicação institucional, serão desenvolvidos esforços para serem agendadas reuniões com potenciais parceiros institucionais, com o intuito de dar a conhecer as ações previstas, o enquadramento político do projeto e os benefícios decorrentes para a circularidade da economia por parte do mesmo, de forma a abordar possíveis fontes de financiamento desses parceiros públicos.

Quanto à comunicação interna, esta visará transmitir, via email, a todos aqueles que trabalham dentro dos diferentes departamentos da autarquia e que, de alguma forma, trabalharão direta ou indiretamente com o projeto,, uma descrição geral do mesmo, a sua importância para o município, e possíveis financiamentos.

Já no que se refere à comunicação externa, será dado a conhecer à imprensa, ao público em geral, ao meio académico e estudantil, às associações municipais, e aos demais potenciais interessados, o enquadramento geral do projeto, as ações previstas, a partir da divulgação na página oficial e nas redes sociais do município e através da TV, jornais e rádios regionais.

Desta forma, crê-se garantido o escrutínio público de um plano que de forma expectável trará impactos positivos e benefícios significativos para o ambiente do concelho e para a causa da sustentabilidade, nomeadamente para serem atingidas as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas.

6. O Futuro

O desígnio autárquico associado ao processo de transformação de uma cidade numa cidade circular não se afigura simples. A complexidade do processo de transformação, atendendo à disponibilidade de recursos e à implementação de inovação tecnológica, requer, dos vários intervenientes (órgãos de gestão públicos, cidadãos, empresas, setor universitário, ONG's, ONGA's, e centros de investigação), um esforço acrescido.

O papel da autarquia de Câmara de Lobos deve, pois, passar pela criação das condições necessárias para que as diferentes partes se envolvam ativamente em todo o processo e tenham a capacidade de assumir uma postura ativa e transformadora suficientemente capaz de promover a circularidade na área municipal e circundante.

Para o efeito, o direcionamento de um conjunto de políticas e incentivos obriga a uma definição de uma visão clara de áreas chave a atuar no âmbito municipal.

Assim, a definição dos eixos estratégicos a desenvolver, até 2030, estão claramente assumidos, graças à ajuda dos parceiros do Grupo de Ação Local, sendo espectável que resulte, da aplicação das ações previstas no presente plano, um conjunto de benefícios para a cidade, designadamente: o aproveitamento dos alimentos ao máximo; o consumo de alimentos produzidos de forma local e regenerativa; a comercialização de produtos alimentares que são saudáveis do ponto de vista nutricional e da forma como são produzidos; promoção do equilíbrio ambiental; criação de infraestruturas partilhadas de proximidade; empreendimento de soluções inovadoras de circularidade dos produtos.

Assim, com a implementação do presente plano, o município de Câmara de Lobos estará a contribuir para um mundo mais sustentável e justo em sintonia com a Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente, para as seguintes metas:

- Meta 2.4 - até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

- Meta 12.2 - até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;

- Meta 12.7 - promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

A circularidade é o caminho, este é o futuro.

Agradecimentos

Esta página apresenta a responsabilidade acrescida de expressar a gratidão de toda a equipa a quem, de forma direta ou indireta, contribuiu para a elaboração e conclusão do presente PLAI, nomeadamente:

Ao perito nacional, Miguel Sousa, CEO da Inova+, pelo imaculado acompanhamento de todo o projeto e pela persistente orientação dada a todos os parceiros envolvidos no mesmo;

Ao parceiro líder do projeto, Câmara Municipal do Fundão, pela extrema dedicação e pela exemplar organização/gestão do projeto, principalmente pelo irrepreensível trabalho prestado pelo Ricardo Salgado e pela Mariana Salvado;

Aos elementos do Grupo de Ação Local de Câmara de Lobos, nomeadamente à Associação Insular de Geografia - AIG, à Universidade Aberta (Pólo da Madeira) e ao CDISA - Centro De Desenvolvimento E Inovação Sociocultural e Agroflorestal, pela sua disponibilidade e pelo espírito de entrega evidenciado;

Aos técnicos da contabilidade e do aprovisionamento da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, afetos ao projeto, pelo profissionalismo no acompanhamento de todo o processo contabilístico e financeiro do projeto;

Às entidades de âmbito local que acompanharam o projeto nos encontros realizados no concelho, pelo facto de terem revelado ser uma mais-valia indubitável para o enriquecimento de todo o plano;

À Direção Geral do Território, por ter tido a capacidade de liderança que um projeto com esta envergadura enceta;

A todos os familiares dos elementos envolvidos na conceção do presente Plano e que se empenharam em acompanhar com zelo o projeto, pela paciência e pela compreensão que a dedicação ao mesmo acarretou para o precioso tempo “tirado” junto das suas famílias.

Em nome de toda a equipa, muito obrigado!

Anexos & informação de Apoio

Cronograma dinâmico de acompanhamento de Ação									
Atividades	Calendarização	Tarefas (Calendarização)	Intervenientes responsáveis	Momento de avaliação 1	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado	Momento de avaliação 2	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado	Momento de avaliação 3	Avaliação V - Executado O - Em execução X - Não executado
A.1	Entre __/__/__ e __/__/__	-							
A.2	Entre __/__/__ e __/__/__								
A.3	Entre __/__/__ e __/__/__								
Avaliação do Momento de Avaliação 1	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 2:								
Avaliação do Momento de Avaliação 2	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 2:								
Avaliação do Momento de Avaliação 3	Resumo:								
	Recomendações/orientações intermédias até Momento de Avaliação 2:								